

Brazão Mazula

Professor Mazula é Doutorado em História e Filosofia da Educação pela Universidade de São Paulo. É actualmente docente na Faculdade de Filosofia da UEM. Foi Reitor da UEM e do ISTEAG. Em 1994 foi indicado por consenso e unanimidade das forças políticas como Presidente da Comissão Nacional de Eleições (CNE).

Matola, aos 12 de Dezembro de 2022

P: Saudações Dr. Brazão, sabemos que após independência foi funcionário do Ministério da Educação. O que pode nos dizer em relação a isso?

BM: Primeiro quero saudar a vossa organização, a Dona Marieta falou que vocês são uma equipe que ganha sempre concursos, que se liga a vossa competência e a qualidade dos serviços que oferecem e satisfazem o cliente (o financiador). Eu de facto, depois da independência fui funcionário do Ministério da Educação durante muitos anos, desde a criação do Ministério. Pertencia ao Ministério desde o Governo de Transição, dando aulas no Colégio Liceu Nova Freixo, hoje Cuamba que é uma Escola Secundária. Participei numa conferência, a Terceira Conferência Nacional da Educação em 77 que foi marcante no período porque como sabe, na altura o Ministério era Ministério da Educação e Cultura, portanto uma reflexão sobre as duas áreas de Educação e Cultura e as suas interferências, a sua articulação e a sua complementaridade.

Fui nomeado pela Ministra Graça Machel na altura para Inhambane em 77, até aí as Províncias funcionavam com Departamentos de Educação que eram uma figura estrutural da Luta Armada durante as zonas libertadas. Quando houve a independência a FRELIMO assumiu o controle e a organização de todas as instituições então ficou a estrutura do Departamento da Educação e Cultura. Então em 1977, o Ministério quis extinguir essa figura de Departamento para criar-se Direcções Provinciais da Educação e Cultura. Eu estive nesse processo e outros colegas noutras províncias. Portanto, fomos nomeados pela Ministra Graça Machel para criar bases para Criação da Direcção Provincial de Educação e Cultura, então eu fui indicado para Inhambane para esse processo de transição.

Foi uma experiência bonita mas com dificuldades da época porque vocês sabem que o governo moçambicano quase não herdou nenhum dinheiro do governo português. Na altura Moçambique tinha o Banco de Moçambique, o Banco Nacional Ultramarino e era um banco português que geria o escudo em Moçambique e quando houve a independência os portugueses praticamente só deixaram menos de 01 Milhão de escudos que não deu para gerir toda a economia do País. Portanto, mas conseguiu-se criar as Direcções Provinciais e fiquei três anos em Inhambane, depois fui transferido.

Em Inhambane era Chefe Provincial da Educação depois em 79 fui transferido para Manica como Director Provincial da Educação e Cultura, eu saí de Niassa para Maputo, de Maputo para Inhambane. Em Inhambane só comíamos peixe, caranguejos, camarão, de facto é uma província rica. Eu gostava de camarão recheado, vivia na baía de Inhambane, havia um pescador que todas manhãs às 08h de domingo trazia o camarão que era para o almoço, mas não havia frango em Inhambane. Quando fui a Manica a primeira coisa que eu quis era comer frango, sabia que em Manica tinha um grande aviário de frango. Então, mal cheguei a Inhambane, na casa onde me puseram, eu disse “*olha, eu quero comer frango*”.

O mesmo tinha feito quando fui a Inhambane, havia ouvido falar de arroz de coco e eu disse “*quero comer arroz de coco*”. Então, em Manica eu pedi frango só que o moço que me preparava refeições, era frango todos os dias depois me cansei e eu disse “*não há outra coisa aqui*”. Mas para dizer que em Manica, estive até 82 como Director Provincial do Ministério de Educação, depois vim transferido para o Ministério. A minha transferência deveu-se a malária, eu apanhei malária em Manica em 82 e fui transferido para o hospital de Manica em Chimoio e de lá para Hospital da Beira. Da Beira depois fui transferido, fiquei um ou dois dias, transferiram-me para Maputo. Mal que vim a Maputo, melhorei e Graça Machel disse para ficar aqui em Maputo. No Ministério assumi várias responsabilidades, fui Chefe Nacional do Ensino Secundário Pré-universitário, fui Chefe do Ensino Especial, fui Chefe de Departamento de Orientação Pedagógica da Educação até 88. Depois em 88 ganhei uma bolsa para Brasil.

P: Como funcionário do Ministério da Educação, houve um apoio da cooperação italiana?

BM: Como eu era Chefe Nacional de Educação e Ensino Geral Pré-universitário em 1983, tínhamos problemas sérios no País, as Escolas Secundárias não tinham laboratórios, então organizamos um projecto e nas relações do Ministério onde estava a Dra. Elizabeth Sequeira, responsável da Cooperação e era uma antiga combatente. Ela conseguiu da embaixada da Itália um projecto de financiamento dos laboratórios. E da Itália veio uma organização chamada *CRUCHEVIA*, a Itália tem o governo e aceita dar um financiamento para o governo, mas que não executa o projecto. Há uma organização que ganhou o concurso na Itália chamada *CRUCHEVIA* donde vieram muitos professores italianos liderados por essa organização que estava se não me falha a memória, uma senhora albina italiana que era a Directora. Nesse projecto, contemplava várias escolas em todos o País em Maputo encontrava-se Josina Machel, em Manica, Cabo Delgado e Niassa.

Uma escola em cada província e havia professores de Biologia, Química e Desenho. E em cada uma das escolas, estava um professor italiano que tinha por função garantir a montagem dos laboratórios, capacitar os docentes moçambicanos para fazer função do laboratório se era Desenho, era Desenho, se era Química, era Química, Biologia e também Física. Portanto, isto funcionou, quando sai para os meus estudos o projecto continuou e eu fui responsável como articulador da parte de Moçambique com a Itália sobre este projecto. Um deles era o professor Tatascciore que era dos professores italianos e ele é que era responsável da coordenação dirigente. Depois o projecto terminou e alguns italianos voltaram, outros ficaram aqui não

como projecto *CRUCHEVIA*. Este é o Ministério da Educação, o primeiro projecto da qual eu tive contacto com a equipe italiana, mas os italianos já os conhecia ha muito tempo.

P: Qual foi o contexto da sua ida a Itália em 1988?

BM: Eu ganhei a bolsa da Universidade São Paulo do Brasil, então despedi-me quer do Ministério quer da *CRUCHEVIA* então, ela entendeu que eu devia participar do balanço anual que o Ministério dos Negócios Estrangeiros faz na Itália sobre esse projecto. Então, eu como era o Coordenador da parte moçambicana, então disseram “*está bem, você vai ao Brasil, passe primeiro pela da Itália*”. Então, fui a Itália e fiquei uns dias, participei na reunião do Ministério dos Negócios Estrangeiros com a *CRUCHEVIA* e Moçambique sobre o balanço do projecto de instalação e funcionamento dos laboratórios nas Escolas Secundárias de Moçambique. Então, dai fui ao Brasil e deixei *CRUCHEVIA*.

P: Disse que conhecia os italianos antes desse processo do Ministério da Educação. Pode dar mais detalhes sobre isso?

BM: Eu conheci os italianos não só da *CRUCHEVIA*, eu fiz quarta classe numa missão anglicana em Messumba no lago, Metangula. Fiz quarta classe com uma idade muito nova, no tempo colonial, o sistema de educação estava dividido em duas partes: Um sistema de ensino primário para brancos e ensino primário para pretos chamados indígenas. O ensino para o indígena em principio devia terminar a quarta classe aos 18 anos porque esse sistema não era assim linear: primeira, segunda, terceira e quarta. Cada classe tinha dois anos: primeira rudimentar, primeira elementar, segunda rudimentar, segunda elementar, terceira rudimentar, terceira elementar, quarta rudimentar e quarta elementar.

Uma criança indígena negra entrava com 10 e saia com 18, é uma idade já para trabalho e como havia no País, ainda funcionavam as Companhias Majestáticas. Em todo Moçambique havia sempre algodão e sisal. Então quem seriam os capatazes? Os estudantes, os alunos com quarta classe deviam ser os capatazes porque eles é que sabiam ler e escrever. O conteúdo do sistema de educação para o indígena devia insistir em ensinar a ler, a escrever e a contar, não mais disso, esses seriam capatazes. Eu fiz quarta classe quase com 13 anos, então faltavam-me 05 anos para poder trabalhar para ser capataz.

Então aos 13 anos, como não tinha idade para trabalhar, era adolescente, eu cresci com meus avós no Lago porque meu Pai era enfermeiro, onde estavam meus Pais não havia escola. Depois da quarta classe, meu Pai estava em Maua no Niassa e pôs a preocupação de que tem um filho que acabou a quarta classe e o que ia fazer comigo então o Padre Italiano Mário Casanova, primeira pessoa que eu conheci italiana, Mário Casanova que era superior de administração de Maua, ele aconselhou meu Pai para me enviar a Massangulo. A missão em Massangulo era a missão grande, quase era a maior na Província do Niassa com Padres italianos. Então mandou uma carta que eu levei em mão, quando cheguei a Massangulo entreguei ao padre *Luís Vergueni* também italiano, era Director da Escola.

Massangulo é importante porque não só era o ensino primário como também tinha artes e ofícios. Era uma missão que também produziam muito então o Padre **Luís Vergueni** recebeu-me e pôs-me na encadernação nas artes e ofícios. Estive em Massangulo dois anos, tinha 14 anos e não podia trabalhar então Padre **Vergueni** em 1958, mandou-me para a escola, no Centro de Formação e Habilitação de Professores Indígenas de Marere em Nampula, que era missão católica. No sistema colonial, os professores das escolas indígenas deviam ter uma formação dos Centros de Formação e Habilitação de Professores Indígenas que haviam em Nampula, Beira e Maputo (Lourenço Marques).

Fiz o curso de formação de professores indígenas mas eu só podia ensinar aos indígenas, não podia ensinar aos brancos porque para ensinar nas escolas dos brancos deviam ser magistérios. Em magistérios eram formados professores para ensinar nas escolas dos brancos havia os chamados Magistérios que geralmente eram senhoras brancas portuguesas. Portanto para as crianças brancas, professores brancos e para as crianças negras, professores negros. Então quando eu digo que conheci os italianos estou a falar de 1957 que eu terminei a quarta classe em 1957. Então, foi nesse ano que eu conheci o padre italiano **Mário Casanova**, segundo **Luís Vergueni** depois fui conhecendo outros padres, **Pietro Calandre** que era o Superior, padre Monte que era grande médico dentista e músico também. Padre Calandre era um grande desenhador, pintor e arquitecto, ele construiu a basílica de Massangulo. Em Massangulo tinha também carpintaria, oficina mecânica, sapataria, era uma grande missão portanto, quando digo conheci italianos antes, estou a me referir essa época.

P: A primeira vez que estive na Itália, qual foi a impressão que teve? Há alguma coisa que lhe chamou atenção?

BM: Atenção sempre me chamou, a primeira vez que fui em Itália com a **CRUCHEVIA** foi ver um País organizado duma maneira diferente, edifícios, ruas, transportes, atendimento, muito diferente. A impressão é dum País organizado mais organizado que o nosso. A impressão primeira é que é um País diferente, a gente quando chega a um País, eu não fico muito maravilhado por construções, eu fico mais maravilhado por duas coisas: a maneira como as pessoas te recebem, o acolhimento e segundo, aprecio muito a natureza em termos de jardins, praças e museus. Em Roma tem muitos edifícios antigos, muitas construções antigas e a maneira como conservam este património cultural antigo e que aliás, faz a economia da Itália no geral porque atrai o turismo. Então isso é que é maravilhoso a maneira, o acolhimento do povo italiano e essa beleza natural que passa quer rios, quer árvores e sobre tudo em monumentos históricos.

P: Dr. Brazão, sabemos que regressa a Moçambique em 1994 após os estudos em Brasil e nesse mesmo período é nomeado como Presidente de Comissão Nacional de Eleições (CNE), gostava de saber qual foi o contexto por de trás dessa nomeação?

BM: Eu vim em 94 no dia 02 de Janeiro, eu sai do Brasil no dia 31 de Dezembro de 1993, quando acabou o curso de Doutoramento em Dezembro e no dia 02 cheguei a Maputo. O ambiente que eu encontrei, o contexto é que era de expectativa geral pelas eleições, já tinha sido nomeado, estava a funcionar aliás o STAE no País que estava a preparando as eleições.

Tinham sido nomeados os membros da Comissão Nacional de Eleições que eram 20 membros mais faltava o Presidente e também já havia Lei Eleitoral, mas faltava o Presidente para poder avançar o processo eleitoral. Não sei porquê, o certo é que eu preparava para ir a Nampula visitar a minha mãe, entretanto nisto eu tinha ido ao Ministério de Educação para submeter os meus documentos de Doutoramento.

Enquanto isto fui abordado em três momentos diferentes pelos partidos que compunham a Comissão Nacional de Eleições que era: a FRELIMO, a RENAMO e os Partidos da Oposição Não Armada, que eram uma coligação de partidos não armados. Então cada um abordou em algum momento para eu candidatar-me por exemplo, como candidato deles porque havia candidaturas da Comissão Nacional de Eleições, para ser Presidente depois aqueles 20 membros iriam votar, quem seria o presidente da CNE. Então, a FRELIMO mandou um delegado para me contactar e eu disse, *“não está nos meus planos, mas aceito candidatura se bem que há-de haver mais candidatos que são conhecidos no País e que serão eleitos”*. Isso foi na parte da manhã, a tarde veio um delegado da RENAMO a pedirem para que eu fosse candidato, isto foi no sábado. No domingo, eu fui a Missa em Malhangalene, logo estavam também os delegados do Partido Não Armado a dizer que queriam falar comigo em uma reunião que decorria no clube militar. Fui lá e vi uma sala cheia, então me disseram *“olha nós estamos a pedir o senhor para ser o nosso candidato para Presidente da CNE”*.

Eu ouvi aquilo, mas *“como é que esses três combinaram, não combinaram”*. Então dei o meu nome para lá, tinha a certeza que não ia passar porque eu acabava de chegar, não tinha 15 dias no País, portanto, não fazia diferença dar o meu nome para candidato. Primeiro, tinham dito que havia outros candidatos, então foi assim, dei meu nome, acho que passado três dias soube que fui eleito por unanimidade para a presidência de CNE, que todos os partidos me escolheram para presidente da CNE. Vieram-me informar e foi assim, depois foi a tomada de posse pelo presidente Joaquim Chissano. Portanto eu aceitei, sobre tudo por esse consenso das três partes políticas na CNE, porque se assim não fosse seria muito difícil eu aceitar. Então o consenso e a unanimidade é que me ajudou a aceitar.

P: E houve algum tipo de apoio de italianos quando era presidente de CNE?

BM: O processo das conversações decorreu em Roma, na Itália sob a mediação da Comunidade Santo Egídio, a mediação da Igreja Católica na pessoa do Dom Jaime que já faleceu e do próprio governo italiano. Portanto, o governo italiano foi solicitado e comprometeu-se a apoiar naquilo que Moçambique precisava. Nisto foi indicado o dr. Aldo Ajello pelas Nações Unidas e era italiano, para aqui localmente em Moçambique representarem a articulação da parte das Nações Unidas e do governo italiano, o Aldo Ajello. Na parte do STAE, estava o engenheiro António Arquete que era engenheiro informático. Então esses além da própria embaixada da Itália, onde estavam o Incisa Di Camerana estavam constantemente apoiando o processo eleitoral.

P: Nesse consenso, falou do Aldo Ajello que era o chefe do ONUMOZ gostava de saber se houve uma articulação mais direta entre o ONUMOZ e a Comissão Nacional de Eleições (CNE)?

BM: A ONUMOZ era a presença das Nações Unidas em Moçambique durante o processo eleitoral. Então era o olheiro das Nações Unidas e ao mesmo tempo apoiante daquilo que fosse necessário. A ONUMOZ intervinha no sentido de apoiar e garantir que o processo fosse o mais possível transparente. Havia muitas comissões que estavam a funcionar, a Comissão de Defesa que era forte, mas a que estava decidida e aprovada, concordada nos Acordos Gerais de Paz era a CNE. Portanto o comportamento, a acção e actuação dos órgãos eleitorais: CNE e STAE eram determinantes para o fecho do processo do Acordo Geral de Paz. Então a ONUMOZ era importante, era o órgão observador, olheiro ou consultor naquilo que fosse necessário.

Portanto havia um observador da ONUMOZ nas discussões que tínhamos na CNE, telefonávamos eu com Aldo Ajello, havia algum problema estava sempre presente. Quando foi do processo eleitoral, por exemplo na deslocação, eu desloquei-me as províncias algumas vezes com o apoio da ONUMOZ. Me lembro que havia segurança, portanto algumas vezes fui com ONUMOZ de avionetas e helicópteros. Mesmo a distribuição de material eleitoral para as províncias, isso foi no mês de Outubro, a ONUMOZ estava sempre disposta porque tinha o seu orçamento, foi um processo crítico no sentido de responsabilidade, mas tudo correu com tranquilidade.

P: Qual foi o processo de transição desde a Comissão Nacional de Eleições até tornar-se Reitor da Universidade Eduardo Mondlane?

BM: Não houve transição porque não era um processo contínuo, segundo a lei eleitoral, a Comissão Nacional de Eleições devia terminar o mandato, o seu mandato de 120 dias depois da divulgação dos resultados e nesse período também terminava com elaboração do relatório de todo o processo eleitoral e esse relatório devia ser entregue ao Parlamento e outro depositar no Arquivo. Nós fizemos isso, mal divulgamos os resultados começamos a preparar o relatório e de tal maneira que nos dois meses, terminamos e entregamos na Assembleia o relatório. Dai acabou o mandato, o STAE tinha 180 dias também para organizar todo o processo e entregar ao Ministério da Administração Interna e terminava o mandato.

Eu tinha concorrido a docente na UEM, não era transição, eram processos diferentes só que nós terminamos tudo da parte da CNE, então fiquei à espera das aulas na UEM. Mês de Março, uma Comissão de professores falou comigo na minha casa deviam ser seis ou sete pessoas. Era uma equipa dirigida por dr. Vaz que foi Vice-ministro da Saúde, mas ele era membro do Conselho Universitário. Esses vieram pelo Conselho Universitário da UEM, que o Reitor então, Narcísio Matos estava a terminar o seu mandato então procuravam um novo Reitor, segundo os estatutos da Universidade. Já haviam candidatos também a Reitor, deviam ser três pessoas então vieram pedir a mim para ver se aceitava ser candidato a Reitor para preencher o número. Então, o Conselho Universitário enviou os três nomes ao Chefe do

Estado. O Presidente da República nomeou-me só que isso foi em Março, só lá para setembro é que o Presidente da República me chamou, dizendo que “quero nomear-te o Reitor da UEM pela proposta da própria Universidade”. Então foi assim.

P: Como Reitor da UEM teve alguma ligação com a Embaixada da Italiana?

BM: Estive quase 12 anos como Reitor, foi um período de muita relação com Itália, não só com outras Embaixadas, mas com Itália especificamente. Eu quando entrei como Reitor encontrei um projecto de Banco Mundial, de financiamento de Banco Mundial a UEM e uma das rubricas desse projecto era a capacitação do corpo docente, formação e capacitação do corpo docente em várias unidades. Então a Itália participou na altura com 800 mil dólares para a Faculdade de Economia, era para capacitação e formação do docente a nível de Mestrado e Doutoramento na Itália. Houve vários projectos de abertura na área da Agricultura e também na área da Arquitetura. Sabe que a Faculdade de Arquitetura na prática foi criado com o apoio da Embaixada da Itália, o professor José Forjaz foi um grande dinamizador da criação da Faculdade da Arquitetura. Depois da Faculdade de Agronomia e da Faculdade da Saúde, eu próprio viajei para Itália em vários momentos, lembro da Universidade de Sassari na Itália, Universidade de Vitello, a Universidade *La Sapienza* (Roma), Universidade Tor Vergata.

O financiamento na Faculdade de Economia era coordenado pela Universidade Tor Vergata, estava o professor **Mário Sebastiani** que vinha regularmente apoiar. São vários projectos com a Itália, inclusive também a remodelação da Fortaleza de Moçambique que está ligada a UEM, tínhamos grandes dificuldades de financiamento para sua reabilitação. Eu falei na altura com o embaixador e ele disse “*eu vou financiar com 50 mil dólares a embaixada tinha um dinheiro que não precisava prestar contas*”. Na altura foi em conversa num almoço que tivemos juntos, eram 50 mil dólares, pedimos ao professor José Forjaz e reabilitou a Fortaleza. Estou a dizer isso, quer dizer há outros projectos, sobretudo da Faculdade de Arquitectura, Medicina, Agronomia e Economia.

P: Como pode caracterizar as relações de cooperação entre Moçambique-Itália nesse período?

BM: Boas, até direi excelente, digo porquê? Porque era a primeira vez que mantinha relações a nível, com embaixadas para educação universitária foi uma experiência muito boa. E a Itália foi um dos países que aceitava discutir com a Universidade modalidades de cooperação conjunta. Esta é uma característica que cada País que financia tem suas regras. Uma das regras de todos países é que no financiamento também há uma percentagem para a Instituição e outra para o pagamento de salários dos cooperantes italianos. A grande parte do bolo, do dinheiro ia para pagamento dos estrangeiros que vinham cá e nós negociávamos isto. A Itália foi muito flexível, o próprio embaixador vinha a Reitoria, fazíamos o balanço geral. Estava interessado em saber se tudo estava a andar ou não, se a UEM estava satisfeita com o Projecto ou não. Então isso, esta abertura da Itália marcou-me muito pessoalmente.

P: E nesse período houve alguns docentes italianos que estavam directamente ligados com a questão da Reitoria?

BM: Com a questão da Reitoria directamente, tivemos o dr. Tiziano Cirillo que estava directamente ligado com a Reitoria mas no geral, a maioria estava nas faculdades. A cooperação seria muito na capacitação e formação do corpo docente e também no próprio processo de ensino e aprendizagem. Isso decorria nas faculdades e não na Reitoria.

P: Por acaso houve algumas instituições italianas que desenvolveram um projecto que marcaram o senhor Reitor naquela altura?

BM: Marcaram, por exemplo, o dr. **Vergata** da Faculdade de Economia e podemos dizer 98% de abertura e existência da Faculdade de Arquitectura e Planeamento Físico deve-se a Itália. Eu fui com professor Forjaz a Roma, *La Sapienza* que era a maior articuladora com a Faculdade, fomos visitar a Faculdade de Arquitectura. A Faculdade de Arquitectura estava a ser reabilitada, estava a funcionar em tenda, em Roma. Porquê? Porque o próprio edifício estava a ser reabilitado, nós aqui, as vezes não aceitamos funcionar em tenda, não é? Então isso chamou-me atenção pois é interessante, um País desenvolvido do primeiro mundo, estavam lá dando as aulas em tendas.

P: Que episódio da história de Moçambique nesse período gostaria de partilhar connosco?

BM: Eu tive bom relacionamento com o Governo, sobretudo com o Ministério das Finanças. Quer no tempo do dr. Tomás Salomão, quer no tempo da dra. Luísa Diogo, percebia-se que tem sensibilidades pelo ensino superior. A UEM assinou um projecto e o Ministro dr. Tomás Salomão veio a Reitoria e propôs que assinássemos o programa. A Luísa Diogo como Ministra, teve uma iniciativa de repescagem dos estudantes, foi um gesto simbólico, ela estava numa Província, ouviu essa decisão do Conselho Universitário de repescagem de 05%. Não tínhamos capacidade de receber os estudantes de todo País nos lares e a Luísa Diogo teve iniciativa e disse “*nós do Ministério, iremos financiar a UEM*”. Então, conseguiu-se aquelas instalações dos Caminhos de Ferro onde estiveram os estudantes durante um tempo.

Essas coisas me marcaram e o próprio Chissano não intervinha muito na vida Universitária no sentido de controlar, ele confiava muito nas instituições e nas estruturas da Universidade. Quando tinha algum problema, ele chamava-me por “*Reitor, o quê que há? Eu estou a ouvir isto?*” Mas respeitava. Isto marcou-me bastante porque os anos seguintes, nota-se que nem todos Ministros tem, não são muito sensíveis, fazem porque são obrigados. Não tem aquela sensibilidade pela importância do Ensino Superior numa Instituição Superior, como tratam os docentes, como tratam os processos, por exemplo, na UEM nós tivemos iniciativa de criar novas unidades como Hotelaria e Turismo em Inhambane, o curso de Direito na Beira que depois ficou integrada a Unizambeze, o curso de Ciências Marinhas e Costeiras na Zambézia, o curso de Licenciatura em Comunicação e Arte (ECA). Eu defendo pessoalmente que a Universidade deve ser um actor que vê o futuro talvez mais do que o governo, tem de ver o

futuro. Daqui a 20 anos o que pode acontecer, daqui a 50 anos. Esse é o papel da Universidade, agora a Universidade é pública, na sua realização deve articular e ter apoio e concordância do governo.

P: Durante seu trajecto de vida, que eventos mais te marcaram nas relações com os italianos?

BM: Não sei responder, todos que eu contei marcaram-me, por exemplo, a oportunidade que eu tive de visitar as catacumbas em Roma, o italiano é um pouco impulsivo. Mesmo quando eu estive com os padres, as tantas parecem que estão zangados, parece que vão lutar, depois tomam café juntos, é um povo muito humanista. Não é porque estou a gravar, tem toda uma história. A gente percebe em cada um dos cidadãos, eles têm acolhimento, esta parte humanística é muito forte no italiano.

P: Recentemente tivemos a celebração dos 45 anos de cooperação entre UEM-Itália. Gostava de saber, que análises pode fazer deste evento histórico?

BM: A minha análise é que é bom que o governo moçambicano mantenha uma cooperação com a Itália. Aliás também é da Constituição da República que o País abre-se as relações com todo mundo. Digo com a Itália, além de que também temos hoje o problema de exploração do Gás em Pemba, portanto é bom manter esta cooperação com a Itália. A Itália sente como sendo um compromisso pelo facto das conversações de Paz terem decorrido em Roma, então há um compromisso moral que a Itália vive e que é bom esse compromisso. A própria Comunidade de Santo Egídio, o Governo Italiano e a Embaixada. Quando se fala de Paz, Guerra a Itália é muito sensível, são sempre sensíveis porque eles fizeram parte da história da busca de Paz do País. Então, é um sujeito que ficou casado com o povo moçambicano, é bom manter esse matrimónio cultural e histórico.